

INFLUÊNCIAS MODERNAS NA CONCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL BRASILEIRO

Argemiro Ribeiro de Souza Filho

Docente da Faculdade Independente do Nordeste-FAINOR, Bahia, Brasil. Doutor em História Social pela USP e Pesquisador do grupo de pesquisa: Estado e Política no Brasil Imperial e Republicano (GEPS).

Resumo

O presente trabalho busca analisar a evolução dos significados dados à concepção de Patrimônio Histórico e Cultural nas discussões suscitadas no Brasil e suas influências oriundas das Convenções e Tratados vindos, principalmente, da Europa. A modernidade, portanto, traz consigo um caudal de experiências que consegue ressignificar, com notável dinâmica, os valores de uma sociedade alterando quase instantaneamente referências de identidade e cultura. As consequências destas transformações, iniciadas com as Revoluções Francesa e Industrial, trouxeram à tona necessidades de se preservar a urbe mais genuína possível em detrimento a uma série de demandas criadas pelo brutal avanço do capitalismo sobre e nas cidades. Através de revisão bibliográfica crítica exploratória, o objetivo desta pesquisa é salientar as ações empreendidas por estudiosos que originaram e aperfeiçoaram a definição do Patrimônio Histórico e Cultural e seus desdobramentos mais recentes; busca-se, também, problematizar os possíveis diálogos entre a corrente neocolonialista brasileira sobre os principais pensadores do modernismo no país enquanto formadora de opinião no que cerne à preocupação em catalogar, registrar e, por fim, preservar um acervo de obras arquitetônicas, artísticas ou mesmo imateriais de nosso país, com o objetivo de fortalecer os caminhos da solidificação de uma identidade puramente autóctone.

Akemi Beatriz Yamaguchi Carneiro Pinto

Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, Bahia, Brasil.

Hércules Souza de Carvalho

Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, Bahia, Brasil.

Introdução

O conceito Patrimônio Histórico e seus órgãos responsáveis, passaram por vários processos de transformações conceitual e administrativas até chegar na denominação e abrangência de proteção de um acervo material e imaterial que se tem hoje. Esse modelo de preservação do patrimônio brasileiro experimentou fortes influências dos países europeus, destacando-se a cultura e a revolução francesa, através das quais desapontaram constructos terminológicos, dentre os quais, o de monumento. Isso porque essa categoria monumento traz referência de lugar, ajudando a interpretar a história, fortalecendo uma memória coletiva (Pereira Junior 2018) .

Ressalta-se, então, que durante a revolução industrial e a após a abertura dos portos brasileiros (1808), a coroa portuguesa, que continuamente diligenciava afirmar e fazer difundir seu poder e grandeza. Posto que o recém entronado D. João VI, na procura de equipamentos para a colônia, decretara, em agosto de 1816, a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, com o objetivo de formação do artista para as “atividade industriais” e para “belas-artes” e, para tanto, contratara para esse papel a, posteriormente, famosa Missão Artística Francesa. Essa instituição por sua vez se transformará, em 1826, na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) tendo como principal intuito o de criar um acervo de imagens do império, sob a regência de D. Pedro II (1825-1891), a partir do qual houve uma grande profusão da pintura de quadros que enalteciam a monarquia imperial (Academia Imperial de Belas Artes 2019) .

Esses acontecimentos e medidas de implantação, suscitavam a imersão de novos cenários para o pensamento e interlocutores,

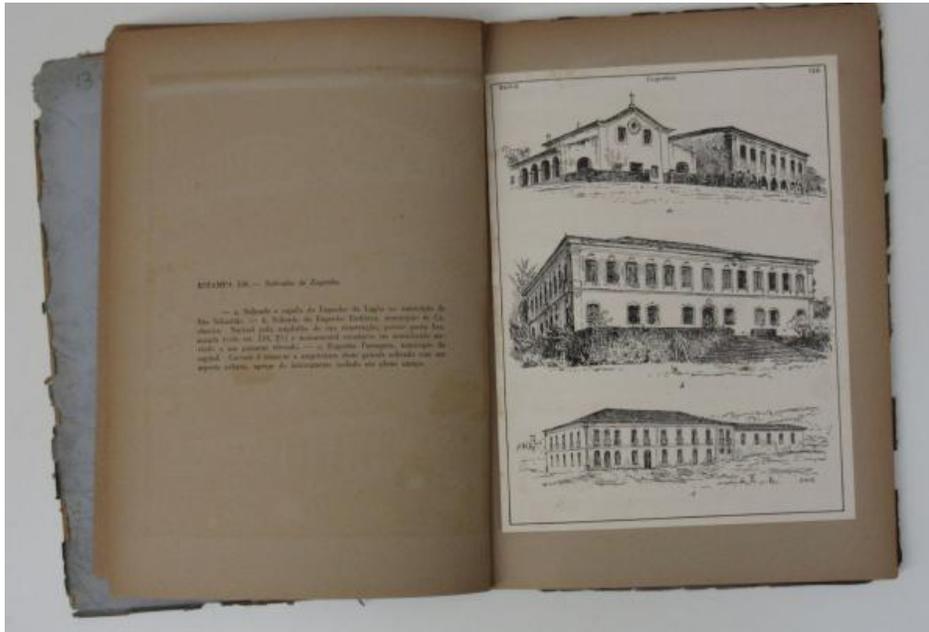


Figura 1. Documentário Arquitetônico. Flavia Santos Leilões.

além de propiciar a reflexão e debate atinente a diversos estilos arquitetônico, possibilitando, outrossim, futuros questionamentos acerca do que seria essencialmente brasileiro e qual a identidade que a nação poderia a vir a ser reconhecida. Por conseqüente, em meados do século XIX, os frenéticos avanços modernos, trouxeram consigo um requintado montante de informações e mudanças urbanísticas, as quais acarretaram, nas mais das vezes, a destruição da cidade antiga para o desabrochar de uma nova estrutura considerada ideal por avocar um ar de urbanidade e salubridade mais a gosto dos modernos. Por outro lado, esse período caracteriza-se também por aludir sobre a conservação e proteção do patrimônio (Martins 2014).

Influências na concepção do patrimônio

Como nos diz Márcia D'Alessio, a industrialização é vista como fenômeno dos mais traumáticos em termos de descontinuidade de modos de vida, formas de trabalho, valores, paisagens, temporalidades (2012, 80)⁴. A ascensão dessa revolução trouxe consigo uma série de modificações nas formas de viver e experienciar a cidade, bem como nas relações dos indivíduos e de todo o espaço que o circunda.

É notória a perda de sensibilidade perante as edificações tidas e ou reconhecidas como antigas, que ao serem (re)interpretadas como um obstáculo ao desenvolvimento econômico foram sistematicamente substituídas por novos prédios que buscam agradar e atender aos anseios do capital. Em virtude disso, criam uma linguagem urbana e arquitetônica que, por vezes, renunciam às significâncias históricas e culturais para aqueles que o cercam, distanciando a população de um local de seus costumes e origens, o que relegam, por certo, as interpretações da história e memória dos indivíduos.

Similarmente, durante a Revolução Francesa, a palavra de ordem fora a destruição dos bens e símbolos do passado devido à negação, por parte dos vitoriosos, aos referenciais artístico-arquitetônicos do Antigo Regime (D'Alessio 2014, 81)⁴. Esse radicalismo legitimava a necessidade de formas de se identificar as obras e legislar sobre essas a fim de preservar a história de um país que, apesar das transformações radicais em seu modo de viver, não pode ignorar seu passado e conseqüentemente a sua origem, propiciando, em seguida, o surgimento do movimento romântico. Todavia, “[...] a consciência do advento de uma nova era e de suas

consequências criou, em relação ao movimento histórico, outra mediação e outra distância, ao mesmo tempo que liberava energias adormecidas em favor de sua proteção” (Choay 2006, 135)⁵.

As reações a essas constantes ameaças, por assim dizer, modernas, a um possível patrimônio nacional não tardaram a aparecer nos meios científicos e políticos das nações. A tentativa de preservação desse acervo aflora do conflito de se preservar o passado de uma cidade sem que haja prejuízos, em especial, o econômico, à implantação de um futuro que almeja vencer as demandas de um efêmero presente. “A antiga e tradicional forma artesanal de trabalho estava sendo substituída pela rápida e impessoal indústria; as máquinas conquistavam crescente importância dentro da vida das cidades, em detrimento dos próprios homens que as haviam criado” (Martins 2014, 5).

Além do mais, com a adição das obras de artes aos “bens fundamentais e inalienáveis” do acervo francês, em 1794, foram redigidos os princípios para a preservação dos monumentos históricos no texto da Convenção Nacional Francesa. Dentre as quais encontram-se as edificações religiosas, os monumentos relativos à história e memória francesas, na expectativa de se evitar as suas destruições.

Foram estes princípios norteadores franceses que originaram a busca pela preservação da memória das cidades e que fez com que esta ação ganhasse novos foros e novos conceitos que passariam a fundamentar políticas e ações preservacionistas em vários países, principalmente, os do continente europeu.

—Márcia D’Alessio,
*Metamorfoses do patrimônio*⁴

Nesse diapasão, vários países e organizações mundiais debruçam-se sobre as discussões atinentes aos erros e acertos no que se refere à conceituação do que e porque preservar. A propósito, temos na Carta de Atenas, redigida em 1933, através da qual o estimado arquiteto Le Corbusier atrelava a preservação ligada ao tombamento de bens isolados (Martins 2014, 13). Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU), criam as Cartas Patrimoniais e

Recomendações estimulando uma política mundial de manutenção do acervo cultural. Não obstante, as correntes ideológicas brasileiras se influenciam por esses debates estrangeiros e se dedicam a estabelecerem um aparato legal ou, pelo menos, documental, que assegurem, de alguma forma, a permanência de símbolos e referências de um passado que ainda resistia, persistia mesmo, no presente.

Ao olhar para o neocolonial no Brasil, o qual desponta no início do século XX, e destaca-se por apresentar cunho preservacionista de uma memória e história, através das “discussões surgidas em torno desse movimento levantaram reflexões acerca do acervo arquitetônico que o Brasil possuía e instigou à ‘redescoberta’ do mesmo” (Carvalho 2002, 46)⁶. Além disso, incentivou registros de edificações que resistiram as reformas urbanas, como ato de resgate ao passado, esse também se caracteriza por utilizar tais documentos e resquícios (peças da arquitetura colonial) como fonte de inspiração e busca de uma arquitetura nacional. Dentre os interlocutores desse movimento, cabe salientar o arquiteto, arqueólogo e engenheiro português Ricardo Severo da Fonseca e Costa (1869-1940), que exilado no Brasil realizou conferências e patrocinou expedições para registros da nossa arquitetura, principalmente favorecendo as viagens de José Wasth Rodrigues que consubstanciaram o livro intitulado de Documentário Arquitetônico (figura 1). Como também deve-se evidenciar o Ex-diretor da Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro) e historiador José Mariano Carneiro da Cunha Filho (1881-1946), o qual proporcionou concursos para incentivar o uso do estilo Neocolonial, bem como se dedicou a produzir uma obra literária, salientando quais as características proeminentes que as edificações neocoloniais deveriam ornar-se, nomeando: Os dez mandamentos do estilo neocolonial aos jovens arquitetos (Natal 2013)⁷.

Esses debates acerca do patrimônio, afloraram ideias de preservação, já em 1922, pois acontecimentos como criação do Museu Histórico Nacional (figura 2), Rio de Janeiro, por meio do decreto nº 15.596, de 2 de agosto e a Semana de Arte Moderna, na qual aparece nomes como Mario de Andrade, o qual se destacara, por publicar, em 1928, um artigo acerca do colonial e neocolonial (Carvalho 2002)⁶ e, posteriormente em 1936, elaborando uma proposta para a defesa do patrimônio



Figura 2. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro. Folha de São Paulo.

nacional, o qual, infelizmente, não obteve aprovação (Carvalho 2011, 118)⁸. Entretanto, as propostas de proteção tiveram maiores repercussões e visibilidade com o decreto de lei nº 25, e 30 de novembro de 1937, o qual regulamentou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Durante a atividade do SPHAN de 1937 a 1969, foi registrado um total de 803 bens tombados, dos quais 368 são arquiteturas religiosas, 289, arquitetura civil, 43, arquitetura militar, 46, conjuntos, 36, bens imóveis, 6, arqueológicos e 15, bens naturais 12. É visível que a predominância da escolha dos monumentos isolados por este órgão privilegiaria, além da arquitetura barroca, as questões relacionadas à devoção dos cultos religiosos, como também às residências senhoriais.

—Magno Pereira Júnior,
Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil

As ações modernistas muito provocaram os campos de debates sobre as formas de preservação do patrimônio brasileiro, essas ideologias, embasadas na vontade de eliminar qualquer ‘estrangeirismo’ presente nos campos das artes no país, procuravam consolidar as

diretrizes para registrar e catalogar o maior número de referências culturais existentes na nação. Com efeito, a produção teórica e documental de tais pensadores alcançara notável reconhecimento no meio social e político, posto que os estudos realizados por Mário de Andrade alcançaram repercussão de longo alcance, haja vista que foi incorporada na própria Carta Magna da nação, o que reatualizou o anteprojeto de 1936, resgatando o seu valor.

A carta Constitucional de 1988 foi um grande avanço, pois retoma pressuposto sugerido por Mário de Andrade, em 1936 [...] No anteprojeto de Mário de Andrade, verifica-se a importância da definição de obra de arte patrimonial aliada ao enunciado de oito categorias de arte – arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira [...] Antes de Mário de Andrade, apenas iniciativas isoladas e particulares marcaram as intervenções pioneiras na preservação de algum tipo de patrimônio brasileiro. As suas formulações tinham características que ainda se mantêm atuais e que, inclusive, só foram sistematizadas cinquenta anos mais tarde

—Édis Carvalho, *A arquitetura neocolonial*⁸

Em suma, podemos notar a capacidade de o movimento moderno ser representante da nação enquanto uma espécie de porta voz, trazendo para si, a problemática de procurar identificar e defender espaços, referências e obras que trazem consigo os costumes e uma significância social para aqueles aos quais o país pertence. Não obstante, é necessário frisar que o Modernismo se prestava enquanto instrumento de renovação cultural do país, o movimento se debruçava sobre a tentativa de (re)criar a linguagem arquitetônica brasileira através de um “traço monumental que se tornara o símbolo de um grande país, expressão permanente de valores culturais renovados, mas em conexão com a tradição nacional, uma forma de dar vazão às aspirações políticas e a todo o gênio artístico de um país em desenvolvimento” (Couto 2015, 21)⁹.

Lançando-se como instrumento de renovação cultural da nacionalidade, o movimento moderno no Brasil consegue deixar suas marcas nos mais variados aspectos no que se diz respeito a concepção, conservação e restauração do nosso patrimônio artístico e cultural. Os mais variados avanços evidenciam, ao sobreviver no tempo, a capacidade de que aqueles arquitetos, artistas ou mesmo entusiastas da ideologia estavam em busca de um objetivo em comum, a da criação de uma linguagem artística nacional e a concepção de uma identidade que, por meio das garantias de salvaguarda de um acervo de obras históricas, as quais traduzem a origem e os costumes de um país tão diverso em sua história e população como é o nosso Brasil.

Notas finais

1. Pereira Junior, Magno Vasconcelos. “Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil”. *Biblio 3w: revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales* 23, no. 1239 (junho 2018): 13. <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1239.pdf>.
2. “Academia Imperial de Belas Artes (Aiba),” in *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*, (São Paulo: Itaú Cultural, 2019). <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao511920/academia-imperial-de-belas-artes-aiba>.
3. Martins, Sandra. “A experiência da modernidade e o patrimônio cultural.” *REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas* 1, Universidade Federal de Pernambuco (Recife, 2014), 7-29.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/viewFile/229950/24142>.

4. D'Alessio, Márcia Mansor. “Metamorfoses do patrimônio: O papel do historiador.” *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34 (Brasília, 2012), 79-89. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>
5. Choay, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. UNESP, (São Paulo, 2001) 282. https://books.google.com.br/books?id=Im-D_mGVbTEC&pg=PA116&lpg=PA116&dq=abade+Gr%C3%A9goire+e+o+invent%C3%A9rio&source=bl&ots=8ZWreFuJJ&sig=1EVoTwKzitQrPf8L5fBwM6i_J8&hl=pt-BR&ei=ORQiTcjuHcaqlAe3gNHbDA&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q&f=false.
6. Carvalho, Édís Evandro Teixeira de, “A arquitetura neocolonial: A arquitetura como afirmação de nacionalidade”, *Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia*. (Salvador, 2013), 202. <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12299?mode=full>
7. Natal, Caion Meneguello. “Da casa de barro ao palácio de concreto : a invenção do patrimônio arquitetônico no Brasil (1914-1951)”, *Dissertação doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. (Campinas, 2013), 445. <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280989>
8. Carvalho, Antônio Carlos de. “Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias Preservation of Brazil's historical heritage: strategies”. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* 4, no. 1 (2011): 117-126. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/195/158>
9. Couto, Bruno Gontyjo do. “A consagração da arquitetura modernista como linguagem estética oficial da modernidade brasileira”. *Aegus-a Artes & humanidades* 5, no. 18 (Buenos Aires, out./jan 2015), 23. <http://www.argus-a.com.ar/publicacion/999-a-consagraoda-arquitetura-modernista-como-linguagem-estetica-oficial-da-modernidadebrasileira.html>
10. Figura 1: “Lote 43 - Documentário Arquitetônico relativo á antiga construção civil no Brasil - José Wash Rodrigues.” Flavia Santos Leilões, (São Paulo, 2016). <https://www.flaviasantosleiloes.com.br/peca.asp?ID=1811078>.
11. Figura 2: Canônico, Marco Aurélio. “Museu Histórico Nacional vira casa de exposições pop estrangeiras.” *Folha de São Paulo*, (junho 2017). <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marco-aurelio-canonico/2017/07/1900849-museu-historico-nacional-vira-casa-de-exposicoes-pop-estrangeiras.shtml?origin=folha>.